

**Anuários Estatísticos Regionais**

(Versão corrigida)

**2008**

**Correcções:** Pág. 3, último parágrafo: onde se lia “Esta tendência de diminuição verificou-se no Alentejo, no Algarve e na Região Autónoma da Madeira” deve ler-se “**Esta tendência de diminuição verificou-se em todas as regiões, com excepção da Região Autónoma dos Açores.**”; Pág. 4, último gráfico – Taxa de nupcialidade: **corrigidos valores relativos a 2007.**

**Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal**

Os Anuários Estatísticos Regionais constituem a publicação de referência na disponibilização de informação estatística à escala regional e municipal, servindo de suporte à leitura das trajectórias regionais de desenvolvimento e ao estudo de problemáticas de base territorial.

Os Anuários Estatísticos Regionais são disponibilizados através de sete publicações autónomas correspondentes a cada região NUTS II: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores (da responsabilidade do SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores) e Região Autónoma da Madeira (da responsabilidade da DREM - Direcção Regional de Estatística da Madeira).

No início de cada subcapítulo, apresenta-se um quadro com um conjunto de indicadores de síntese, visando a comparação do posicionamento relativo das diferentes unidades territoriais nos fenómenos retratados. Os quadros de informação são apresentados em formato bilingue (português e inglês).

A título ilustrativo, apresenta-se um quadro do subcapítulo Construção e Habitação.

**III.8.1 - Indicadores da construção e da habitação por município, 2008**
**III.8.1 - Construction and housing indicators by municipality, 2008**

	Licenciamento de construções novas para habitação familiar					Conclusão de construções novas para habitação familiar					
	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões	Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões	Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas	
	N.º		m <sup>2</sup>			N.º		m <sup>2</sup>			N.º
	2008					2006-2008					
<b>Portugal</b>	2,4	0,9	4,9	20,1	3,6	2,5	0,9	4,8	19,9	4,1	
<b>Continente</b>	2,4	0,8	4,9	20,4	3,8	2,5	0,9	4,9	20,0	4,2	
<b>Norte</b>	2,4	0,7	5,1	20,5	6,1	2,5	0,8	5,0	20,1	6,4	
<b>Minho-Lima</b>	2,2	0,7	5,2	21,2	10,7	2,2	0,6	5,2	20,7	14,4	
Arcos de Valdevez	2,0	1,0	4,9	23,1	5,6	2,3	0,9	5,1	20,7	12,0	
Caminha	2,2	0,9	4,9	22,5	0,0	2,2	0,7	5,0	24,6	0,3	
(...)											
	Permits of new buildings for family housing					Completed new buildings for family housing					
	Floors per building	Dwellings per floor	Rooms per dwelling	Average utility area of rooms	Reconstructions permitted per 100 new buildings	Floors per building	Dwellings per floor	Rooms per dwelling	Average utility area of rooms	Reconstructions completed per 100 new buildings	
	No.		m <sup>2</sup>			No.		m <sup>2</sup>			No.
	2008					2006-2008					

© INE, I.P., Portugal, 2009, Anuários Estatísticos Regionais 2008/Regional Statistical Yearbooks 2008. Informação disponível até 30 de Setembro de 2009. Information available till 30th September, 2009.  
 Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Projectos de Obras de Edifícios e de Demolição de Edifícios; Estatísticas das Obras Concluídas.  
 Source: Statistics Portugal, Projects of building constructions and demolitions survey; Statistics on construction works completed.

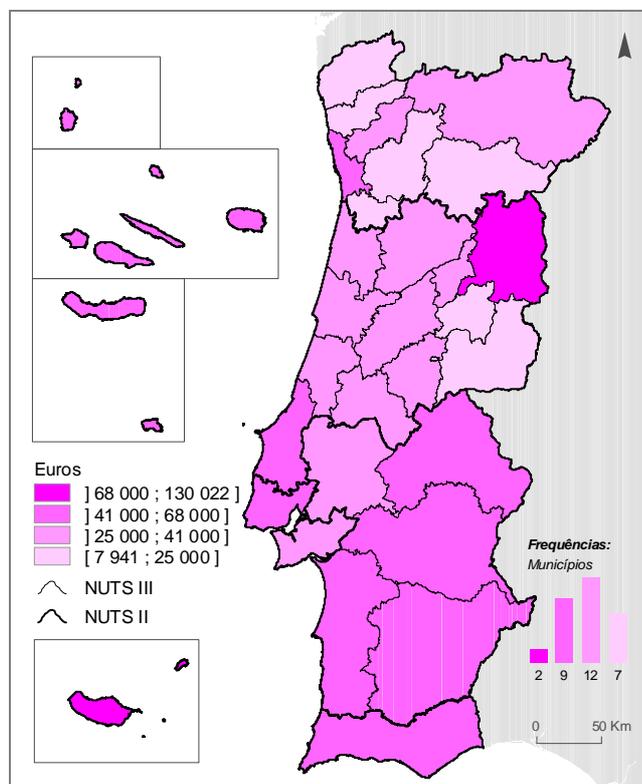
## AMBIENTE

Em 2007, as despesas dos municípios portugueses em gestão e protecção do ambiente atingiram 580 596 milhares de euros. Cerca de 76% deste valor dirigiu-se à gestão de resíduos e 21% ao domínio da protecção da biodiversidade e da paisagem.

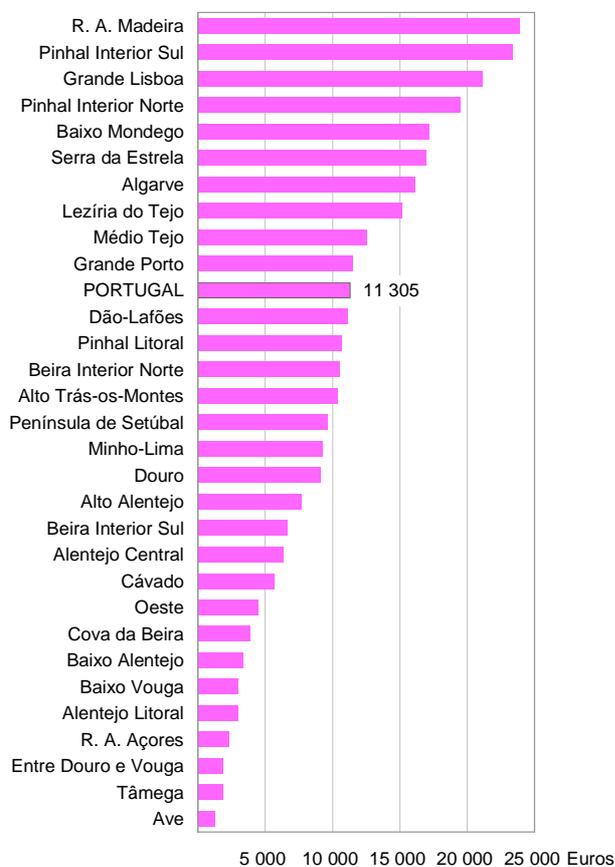
A Beira Interior Norte e a Região Autónoma da Madeira foram as regiões NUTS III a apresentar os valores mais elevados de despesas dos municípios em gestão de resíduos por mil habitantes. As sub-regiões com valores mais baixos neste indicador situavam-se na região Norte (Entre Douro e Vouga, com 7 941 euros, e Minho-Lima, com 18 994 euros) e no Centro (Beira Interior Sul, com 11 168 euros, e Cova da Beira, com 16 262 euros). O valor médio nacional era, em 2007, de 41 377 euros por mil habitantes.

Em 2007, as despesas dos municípios em protecção da biodiversidade e da paisagem, atingiram, em Portugal, o valor médio de 11 305 euros por mil habitantes. A Região Autónoma da Madeira, o Pinhal Interior Sul e a Grande Lisboa eram as sub-regiões com capitações mais elevadas nas despesas dos municípios neste domínio do ambiente: 23 920 euros, 23 361 euros e 21 125 euros, respectivamente. Por outro lado, foram as NUTS III Ave (1 258 euros), Tâmega (1 872 euros), Entre Douro e Vouga (1 887 euros) e Região Autónoma dos Açores (2 292 euros) que afectaram menores despesas por habitante à protecção da biodiversidade e da paisagem.

**Despesas dos municípios em gestão de resíduos, por mil habitantes, por NUTS III, 2007**



**Despesas dos municípios em protecção da biodiversidade e da paisagem, por mil habitantes, por NUTS III, 2007**



## POPULAÇÃO

A população residente em Portugal, em 31 de Dezembro de 2008, foi estimada em 10 627 250 indivíduos, o que significou um aumento de 0,09% face ao valor estimado para o ano anterior, significando uma quase estagnação.

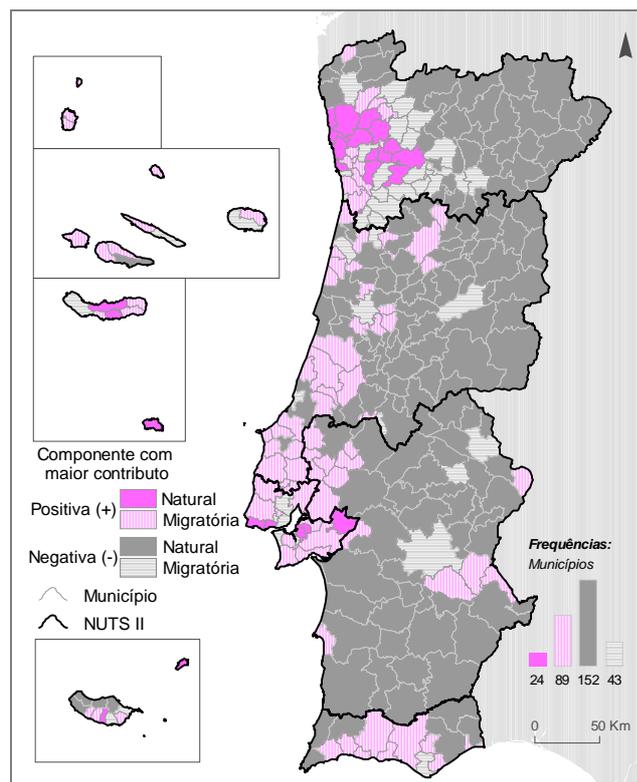
O Alentejo e o Centro foram as únicas NUTS II que registaram um decréscimo populacional: -0,51% e -0,11%, respectivamente. As regiões do Algarve e de Lisboa foram, por outro lado, as NUTS II com maior crescimento populacional, com taxas de crescimento efectivo de 0,86% e 0,39%, respectivamente.

Em termos infra-regionais, registou-se um aumento da população em cerca de um terço dos municípios portugueses, os quais se situavam, na sua maioria, no Litoral do Continente (excepto no Alentejo) e na Região Autónoma dos Açores. Os municípios de Sesimbra, Alcochete e Mafra (na Grande Área Metropolitana de Lisboa) e de Santa Cruz (na Região Autónoma da Madeira) registaram os maiores acréscimos populacionais (acima de 3%), através de uma taxa de crescimento migratória mais expressiva do que a verificada na componente natural.

A componente migratória (migrações internas e internacionais) terá sido responsável pelo aumento de população na maior parte dos municípios com acréscimos populacionais. Por outro lado, o contributo da componente natural, que reflecte o acréscimo populacional resultante do saldo entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, teve maior expressão em municípios do Litoral da região Norte.

O decréscimo populacional foi generalizado nos municípios do Interior do Continente, na maioria dos casos devido a resultados negativos da taxa de crescimento natural.

### Decomposição da taxa de crescimento efectivo da população, por município, 2008



Em 2008, a taxa bruta de nupcialidade situou-se, em Portugal, em 4,1‰, o que representou uma diminuição face aos 4,4‰ verificados em 2007. Esta tendência de diminuição verificou-se em todas as regiões, com excepção da Região Autónoma dos Açores. Por outro lado, as regiões autónomas e o Norte foram as únicas regiões NUTS II com taxas de nupcialidade superiores à média nacional.

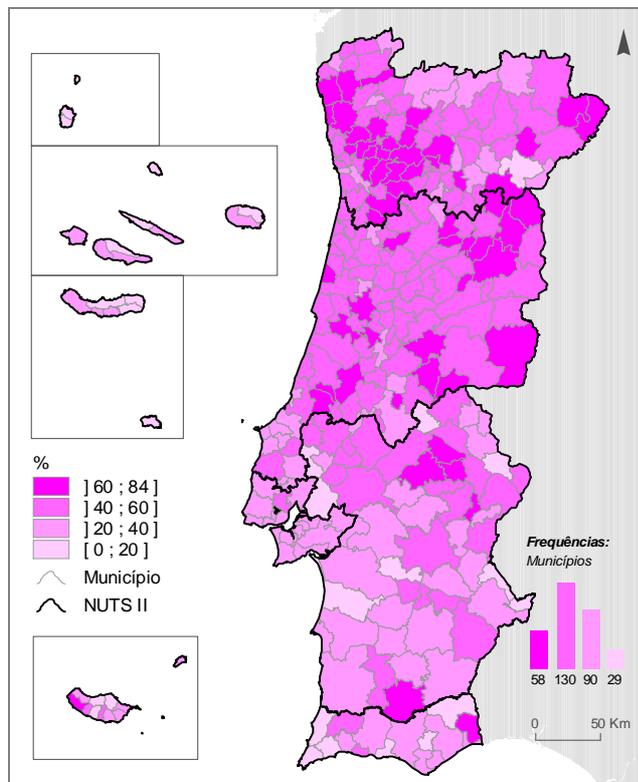
Taxa bruta de nupcialidade, por NUTS II, 2007 e 2008



Em 2008, os casamentos católicos representavam 44,4% do total de casamentos celebrados no país, mantendo-se a tendência de decréscimo nesta proporção, face aos anos anteriores.

Os municípios das regiões Norte e Centro apresentavam os valores mais elevados neste indicador (Vouzela, Oleiros e Baião assumiam os valores máximos de 84%, 83% e 79%, respectivamente), por oposição aos municípios do Algarve e do Alentejo, com menor expressão da proporção de casamentos católicos.

Proporção de casamentos católicos, por município, 2008



Nota: Não existe valor para Odivelas devido à inexistência de Conservatória de Registo Civil neste município.

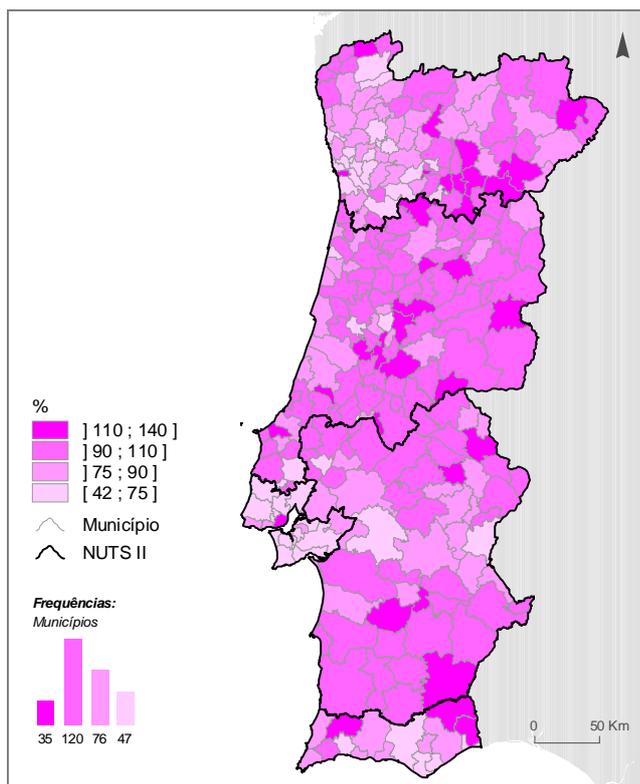
## EDUCAÇÃO

No ano lectivo de 2007/2008, a taxa de pré-escolarização em Portugal foi de 79,8%, tendo prosseguido a tendência de crescimento anual positivo dos últimos 17 anos. O valor médio do país foi superado em municípios de todas as regiões NUTS II do Continente, nomeadamente no Interior, tendo atingido os valores mais elevados em Vila Velha de Ródão, Penamacor e Porto, com taxas superiores a 130%.

Sendo a taxa de pré-escolarização o rácio entre o número de alunos matriculados no ensino pré-escolar (público e privado) e a população residente com idade entre os 3 e os 5 anos, a existência de taxas superiores a 100% pode indiciar a presença de

alunos matriculados em municípios com taxas de atracção elevadas em termos de população empregada. Esta situação poderá estar subjacente às elevadas taxas de pré-escolarização nos municípios de Lisboa e do Porto (114% e 135%, respectivamente), por oposição a valores invariavelmente abaixo da média nacional nos municípios envolventes destes centros metropolitanos. Efectivamente, os municípios em que se registaram os valores mais baixos neste indicador foram Moita (43%), Seixal (46%), Odivelas (48%) e Gondomar (49%).

**Taxa de pré-escolarização, por município do Continente, 2007/2008**

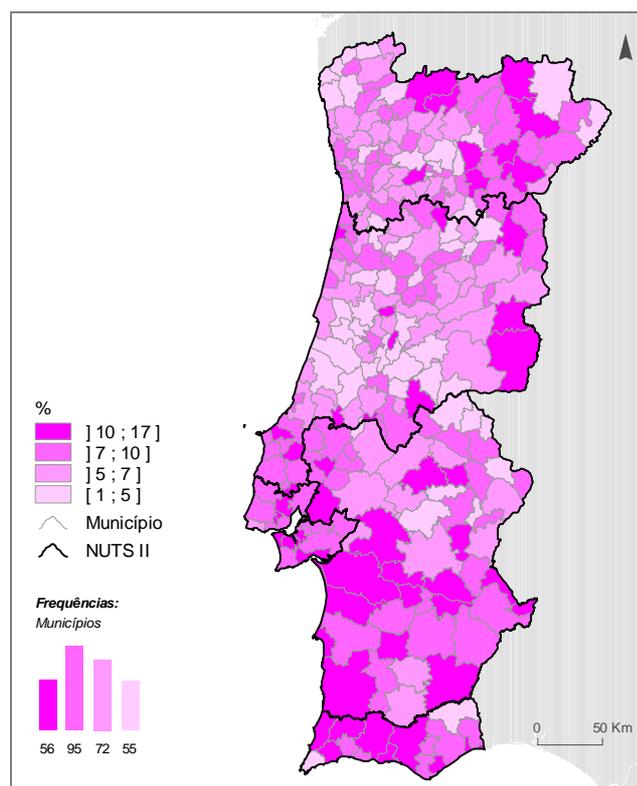


A taxa de retenção e desistência do ensino básico, no ano lectivo de 2007/2008, foi de 7,9%, o que representa uma redução significativa relativamente aos 10,1% verificados no ano lectivo anterior. Em

termos territoriais, os valores mais elevados neste indicador registaram-se em municípios a Sul do país (nomeadamente nas sub-regiões Alentejo Litoral, Península de Setúbal e Algarve), e também em alguns municípios do Interior Centro e Norte.

Numa faixa territorial da região Centro, que se estende do Baixo Mondego e Pinhal Litoral ao Pinhal Interior Sul, verificaram-se alguns dos valores mais baixos, em termos municipais, na taxa de retenção e desistência do ensino básico: Vila de Rei (2%), Penalva do Castelo e Figueiró dos Vinhos (2,7%), Góis e Sátão (2,8%).

**Taxa de retenção e desistência no ensino básico, por município do Continente, 2007/2008**



## EMPRESAS

Em 2007, existiam em Portugal 1 101 681 empresas, das quais cerca de 350 mil eram sociedades,

representando uma proporção de empresas individuais (compreendem os empresários em nome individual e os trabalhadores independentes) na ordem dos 68,2%.

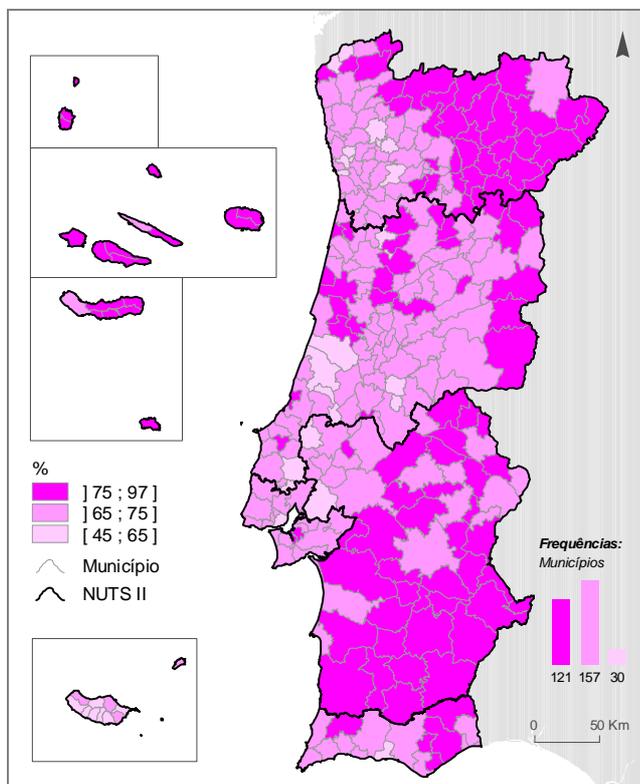
Os valores mais elevados neste indicador observavam-se sobretudo nos municípios do Interior da região Norte, no Alentejo e na Região Autónoma dos Açores. Por outro lado, a importância das empresas individuais tinha menor expressão em municípios da Região Autónoma da Madeira (Funchal, Ribeira Brava e Câmara de Lobos) e nos centros metropolitanos de Lisboa e Porto, com valores que não atingiam os 60% do total de empresas. No caso dos municípios das áreas metropolitanas, os valores mais reduzidos neste indicador sugerem a importância que as sedes das sociedades assumem nestes territórios.

Em 2007, em Portugal, cada empresa gerava, em média, um volume de negócios de cerca de 322 milhares de euros, o que originou um volume de negócios total na ordem dos 354,3 mil milhões de euros.

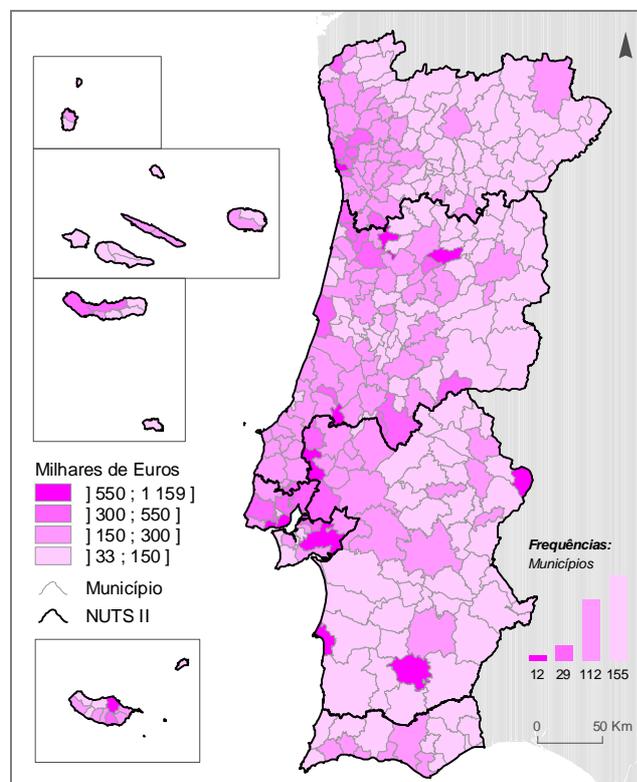
A análise territorial permite observar um país com uma distinção clara entre os valores elevados gerados nos municípios do Litoral do Continente, num contínuo entre Viana do Castelo e a Península de Setúbal, e menores resultados em termos de geração de volume de negócios por empresa nos municípios do Interior do Continente e do Alentejo.

Os valores médios de volume de negócios por empresa mais elevados registaram-se nos municípios de Santana, Oeiras, Alcanena, Castro Verde, Lisboa, Palmela, Azambuja e Sines, todos com volumes de negócios por empresa acima dos 800 mil euros.

**Proporção de empresas individuais, por município, 2007**



**Volume de negócios por empresa, por município, 2007**

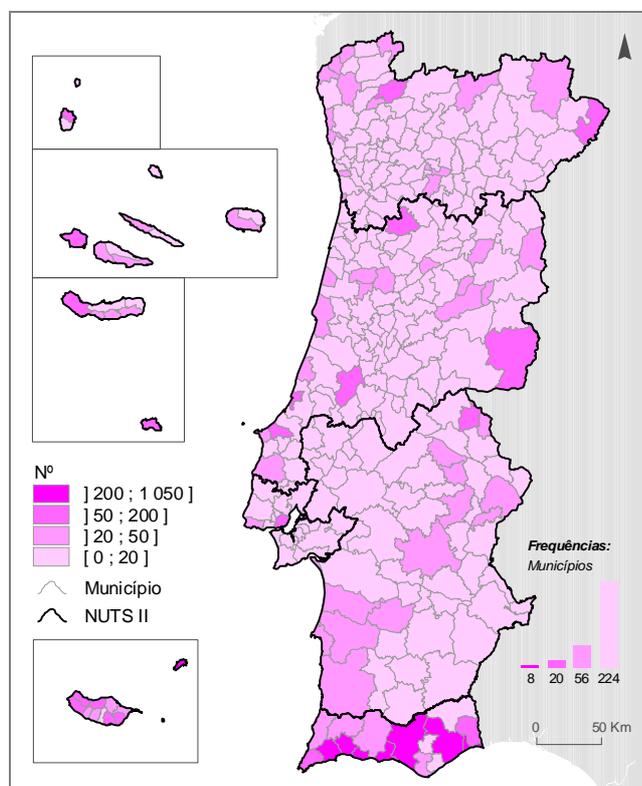


## TURISMO

Em 2008, a capacidade de alojamento por habitante em Portugal aumentou cerca de 3,4% relativamente ao ano anterior. Em todas as regiões NUTS II se registaram aumentos na capacidade de alojamento mas os acréscimos foram mais expressivos no Norte (6,6%), na Região Autónoma da Madeira (4,2%) e no Centro (3,7%).

Em 2008, em média, os estabelecimentos hoteleiros podiam alojar até 25,8 indivíduos por mil habitantes. Em termos municipais, os valores mais elevados para este indicador registaram-se em vários municípios do Algarve e da Região Autónoma da Madeira, mas também no Litoral do Alentejo e na Região Autónoma dos Açores.

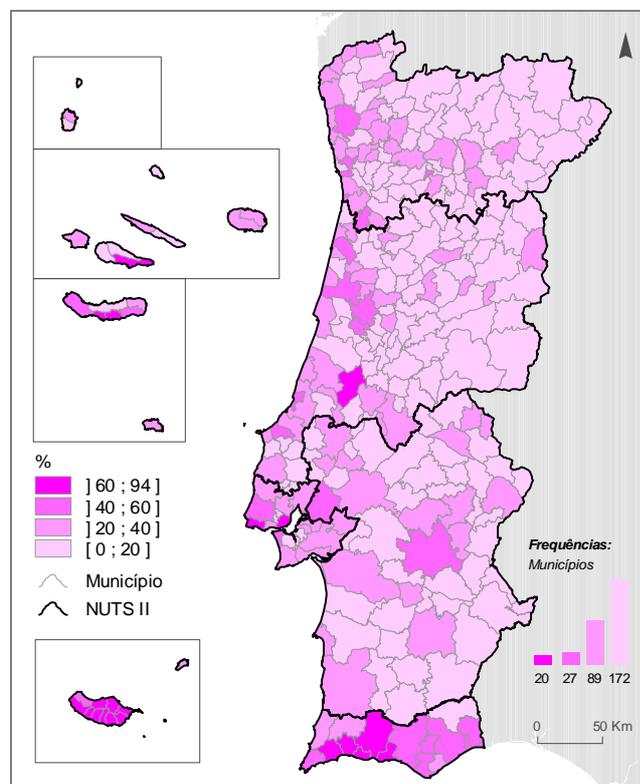
Capacidade de alojamento por mil habitantes, por município, 2008



Em 2008, os hóspedes estrangeiros correspondiam a mais de metade (53%) dos hóspedes em estabelecimentos hoteleiros de Portugal. Esta proporção atingiu os maiores valores na Região Autónoma da Madeira (79%), no Algarve (66%) e na região de Lisboa (62%).

Os hóspedes estrangeiros tinham maior expressão relativa nos municípios do Litoral do Continente e em todos os municípios da ilha da Madeira. Merecem também destaque, pela elevada proporção de hóspedes estrangeiros, os municípios algarvios de Lagos, Albufeira, Lagoa, Silves e Portimão, os municípios de Lagoa, Vila Franca do Campo e Lajes do Pico (na Região Autónoma dos Açores), os municípios de Lisboa e Cascais e, também, o município de Ourém (a este valor não deverá ser alheia a localização do santuário de Fátima).

Proporção de hóspedes estrangeiros, por município, 2008



## JUSTIÇA

Em 2007, registaram-se, em Portugal, cerca de 400 mil crimes, o que representou um decréscimo inferior a 1% relativamente ao ano anterior e traduziu-se numa taxa de criminalidade de 37,7‰.

O Algarve foi a região NUTS II que registou a maior taxa de criminalidade em 2007 (65,6‰) e, simultaneamente, ao nível municipal, alguns dos valores mais elevados do país neste indicador: Albufeira (156‰), Loulé (74‰), Portimão (68‰), Lagoa (64‰), Faro (61‰) e Aljezur (60‰). Verificou-se também uma maior incidência da criminalidade por habitante nos municípios mais urbanos, destacando-se Lisboa (79‰), Porto (68‰) e Ponta Delgada (65‰).

As menores taxas de criminalidade verificaram-se nos municípios do Interior das regiões Centro e Alentejo e ainda em alguns municípios da Região Autónoma dos Açores.

Taxa de criminalidade, por município, 2007

